



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

Senhor licitante,

A comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório que não afetem a formulação das propostas, quaisquer esclarecimentos e respostas às impugnações, serão efetuadas por meio do sítio <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

Recife, 09 de junho de 2015.

MARÍLIA B. DE LIMA PEQUENO
Coordenadora de Licitações
SIAPE 1650594

PREGOEIRO 1134161	SIAPE JOSÉ MANOEL FILHO
-----------------------------	--

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2015, destinado a selecionar propostas para Registro de Preços unitários, visando à aquisição de material de marcenaria e ferragens, tais como caibro, barroto, folhas de porta, parafusos e pregos para a Universidade Federal de Pernambuco e para o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba / Campus Patos , conforme processo administrativo nº 23076.057231/2014-11.

A Universidade Federal de Pernambuco torna público que às **9 h, horário de Brasília, de 29 de junho de 2015**, no sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, o Pregoeiro da Diretoria de Licitações e Contratos designado pela *Portaria nº 2252, de 25 de maio de 2015, do Magnífico Reitor*, estará promovendo

Pregão Eletrônico, tipo menor preço unitário, POR ITEM

o qual obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, com a redação do Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, com a redação dada pelo Decreto nº 8.250/2014, de 23 de maio de 2014, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 14 de agosto de 2014; no Decreto nº 6.204 de 5/9/2007; na Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 2 de 11/10/2010, com as alterações das Instruções Normativas SLTI-MPOG nº 1 de 10/02/2012, SLTI-MPOG nº 5 de 18/06/2012 e SLTI-MPOG nº 4 de 15/10/2013, na Instrução Normativa SLTI-MPOG nº 3 de 04/10/2013, na Portaria Normativa SLTI/MPOG nº 27 de 10/11/2010, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, além do que mais for exigido neste Edital e em seus anexos.

Encaminhamento da proposta de preços

(exclusivamente por meio do sistema eletrônico):

a partir da data de liberação do edital no sítio [comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), que ocorrerá simultaneamente à publicação do aviso licitatório no Diário Oficial da União, até o horário limite de início da sessão pública acima estabelecido.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Selecionar propostas para Registro de Preços unitários, visando à aquisição de material de marcenaria e ferragens, tais como caibro, barroto, folhas de porta, parafusos e pregos, compreendendo 66 (sessenta e seis) itens para a **Universidade Federal de Pernambuco e para o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba / Campus Patos**, conforme especificações e quantitativos constantes do **Anexo I deste Edital**;

1.2. Validade da proposta: mínimo de 90 (noventa) dias corridos a partir da abertura deste Pregão.

2. – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

2.1. O Órgão Gerenciador da presente licitação será a **Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Campus Recife; UASG – 153080;**

2.2. Tendo como Órgão Participante o **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba / Campus Patos, UASG nº 158470;**

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. A presente licitação é destinada, exclusivamente, à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014;

3.1.1. A empresa que declarar falsamente se tratar de microempresa ou empresa de pequeno para valer-se do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/2006, incorrerá no crime de falsidade ideológica e estará sujeita às penas previstas no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais penalidades cíveis e administrativas cabíveis;

3.2. A empresa participante deverá estar credenciada no Portal de Compras do Governo Federal, nos termos do **item 3**, e responsabilizar-se pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

3.3. Não será admitida a participação de empresa:

a) em concordata (processos judiciais anteriores à Lei nº 11.101/2005), recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) temporariamente suspensa de participar de licitação com a União ou declarada inidônea por qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, que ainda não tenha logrado reabilitação (Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e do Art. 28 do Decreto nº 5.450/2005 e Art. 87 da Lei 8.666/93);

c) que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

d) que não tenha sede no País;

e) quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei 8.666/93.

3.4. As **licitantes** devem declarar atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar 123/2006, mediante opção em campo próprio do Sistema COMPRASGOVERNAMENTAIS, quando da inserção da proposta eletrônica, posto que a sua negativa declaratória, no referido campo, impedi-la-á do prosseguimento no certame;

3.5. Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que:

a) cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (art. 21, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

b) não existem fatos supervenientes impeditivos à habilitação (art. 32 § 2º, “in fine”, da Lei 8.666/93);

c) não possui em seu quadro de pessoal (empregado) menor (Art 7º, inciso XXXIII, da CF/88);

d) declara a elaboração independente de proposta, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16/9/2009, publicada no DOU de 17/09/2009.

3.5.1. As **restrições na documentação comprobatória de regularidade fiscal** não constituem impedimentos de manifestar no campo próprio o cumprimento pleno dos requisitos de habilitação, em se tratando de **licitantes qualificados como ME ou EPP**, observado o disposto no **subitem 8.11**.

4. CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico no sítio <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> link: credenciamento (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005);

4.2. O credenciamento do licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (*art. 3º, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

4.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFPE, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (*art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005*);

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica (*art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005*).

5. PROPOSTA ELETRÔNICA

5.1. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, o licitante deverá encaminhar proposta em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, com os dados indicados no **subitem**

5.2, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento das propostas (*art. 21 do Decreto nº 5.450/2005*);

5.1.1. O licitante não deve encaminhar proposta eletrônica caso ocorra o previsto no **subitem 6.4**.

5.2. A proposta eletrônica conterá, sob pena de desclassificação, a descrição do objeto ofertado em conformidade com o **Anexo I** deste Edital, que deverá ser informada no campo destinado à “descrição detalhada do serviço ofertado”; preços unitário e total, nos respectivos campos, **vedada a identificação do licitante** (*art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005*);

5.3. Serão desclassificadas as propostas eletrônicas que:

a) não apresentem dados conforme exigido no **subitem 5.2**;

b) apresentarem qualquer oferta de vantagem baseada nas propostas das demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamento subsidiados ou a fundo perdido.

5.4. Ao licitante é facultado cotar apenas o(s) item(s) que tenha interesse, tendo em vista o tipo de licitação: menor preço unitário, por item;

5.5. O envio da proposta eletrônica implica plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

5.6. Até o horário limite do início da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (*art. 21, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005*).

6. SESSÃO PÚBLICA / CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS

6.1. A partir do horário indicado no preâmbulo deste Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro (*art. 22 do Decreto nº 5.450/2005*);

6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital (*art. 22, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

6.3. A desclassificação de proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes (*art. 22, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

6.4. Caso a descrição editalícia diverja com a contida no sistema eletrônico, o(s) item(ns) será(ão) cancelado(s) pelo pregoeiro.

7. FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente

informado do recebimento e do valor consignado no registro (art. 24, caput e § 1º, do Decreto nº 5.450/2005);

7.2. Apenas os licitantes que tiverem suas propostas eletrônicas classificadas poderão formular lances;

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital (art. 24, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005);

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (art. 24, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005);

7.5. O sistema eletrônico registrará lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro;

7.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante (art. 24, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005);

7.7. Caso o pregoeiro entenda que houve equívoco, por parte do licitante, quando do envio do lance, promoverá a exclusão do referido lance, que poderá ser ratificado, se for o caso;

7.8. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, que definirá período entre um e sessenta minutos;

7.9. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, observado o período definido pelo Pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances (art. 24, §§ 6º e 7º, do Decreto nº 5.450/2005);

7.10. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital (art. 24, § 8º, do Decreto nº 5.450/2005);

7.11. Assim que solicitado pelo Pregoeiro, a(s) **licitante(s)** deverá(o) enviar a **documentação comprobatória de que se enquadram como ME/EPP**, tal qual refletido no Sistema, caso a consulta ao sítio da Receita Federal não seja suficiente para a comprovação;

7.12. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

7.12.1. Persistindo a desconexão do pregoeiro por tempo superior a dez minutos, a sessão eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação;

7.13. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005);

7.14. Para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital, o lance é considerado proposta.

8. PROPOSTA ESCRITA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta escrita resultante da negociação, juntamente com o setor técnico, se for o caso, decidindo por sua aceitação ou recusa, relativamente ao objeto e valor, e verificará a habilitação do licitante;

8.2. O licitante detentor da melhor oferta deverá apresentar **em até 48 (quarenta e oito) horas**, a contar do término da etapa de lances:

- a) proposta de preço escrita, firmada pelo representante legal, em papel timbrado ou personalizado do licitante, adequada ao lance eventualmente ofertado/negociado, conforme **Anexo II** deste Edital, juntamente com o exigido no **subitem 8.2.3**;
- b) documentação de habilitação indicada no **subitem 8.3**;
- c) certidão comprobatória do seu enquadramento como ME/EPP (Certidão Simplificada da Junta Comercial, válida, nos termos da IN nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio);

8.2.1. Os originais da proposta escrita e da documentação de habilitação deverão ser entregues ou encaminhados à Divisão de Licitações da UFPE, Av. da Arquitetura, s/n, Campus Recife, Cidade Universitária, Recife, PE. CEP: 50.740-55, Telefone: xx.81.2126.8034;

8.2.2. O licitante deve na proposta escrita indicar os dados bancários (nome e número do banco, nome e número da agência, número da conta corrente, praça de pagamento) da empresa visando à efetivação do pagamento e os dados do representante legal (nacionalidade, estado civil, profissão e/ou função que ocupa na empresa, endereço residencial, RG e CPF) que firmará a Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, acompanhado de cópia do RG e CPF;

8.2.3. A proposta, adequada ao último lance, deverá ser acompanhada, **quando solicitado**, sob pena de desclassificação, de Catálogo(s) ilustrativo(s) com foto(s) ou desenho(s), manual ou folhetos com informações claras e detalhadas, na língua portuguesa corrente no Brasil, sobre o fabricante, modelo, versão, especificações técnicas e outras informações esclarecedoras que comprovem os requisitos mínimos exigidos neste Edital, sendo aceitos, também, aqueles obtidos pela Internet. No caso de cópias, somente serão aceitas se coloridas, autenticadas e totalmente legíveis;

8.2.4. Na proposta deverá ser especificado claramente o fabricante, marca, modelo e o código de barras do produto ofertado, de forma a ser possível identificá-lo nos catálogos apresentados;

8.2.5. Para os itens 01, 02, 03, 04 do **ANEXO I** o licitante deverá apresentar Registro no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, na atividade Uso de Recursos Naturais - exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais. Em atendimento a Portaria MMA nº 253/2006, a instrução Normativa IBAMA nº 21/2013 e a Lei nº 7.804/89 no Inciso II do Art. 17;

8.2.6. A Universidade Federal de Pernambuco dispõe da prerrogativa de exigir dos licitantes a apresentação de amostra do bem, a fim de verificar a sua compatibilidade com os termos do ato convocatório e com a proposta comercial;

8.2.6.1. A amostra, quando solicitada, deverá ser entregue no prazo máximo de **07 (sete) dias**, contados a partir do pedido do pregoeiro, na Divisão de Planejamento de Compras da PROGEST, à Av. da Arquitetura s/n – Cidade Universitária, Recife – PE. CEP: 50.740 – 550;

8.2.6.2. As amostras serão avaliadas por um servidor indicado pela Prefeitura da Cidade Universitária;

8.2.6.3. A amostra deverá conter o nome do licitante, número do pregão e número do item;

8.2.6.4. Caso o material ofertado seja do mesmo modelo que serve como parâmetro de qualidade do item, não será necessário enviar amostra;

8.2.6.5. A amostra da proposta vencedora ficará retida até a entrega da primeira aquisição, que ocorrerá com o atesto da nota fiscal de fornecimento. A empresa fornecedora poderá deduzir da quantidade total a ser entregue ou retirar a amostra no prazo máximo de **30 (trinta) dias** a contar da primeira entrega, sob pena de lhe ser dada outra destinação, a critério da Universidade Federal de Pernambuco;

8.2.6.6. A amostra de proposta desclassificada deverá ser retirada em **até 15 (quinze) dias** da data de desclassificação, sob pena de lhe ser dada outra destinação, a critério da Universidade Federal de

Pernambuco;

8.2.6.7. Caso o produto, por suas características, exija número maior que uma unidade para a realização de teste, o fornecedor será comunicado;

8.2.6.8. Serão de inteira responsabilidade do licitante todas as despesas de entrega/devolução das amostras;

8.2.6.9. Expirado o prazo de entrega das amostras, não será permitido fazer ajustes ou modificações no produto apresentado para fins de adequá-lo à especificação apresentada na proposta;

8.2.3. Não serão aceitas, sendo desclassificadas as propostas escritas que não atenderem às exigências do presente Edital e em seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis;

8.3. A licitante detentora da melhor oferta deverá enviar no prazo indicado no **subitem 7.2** deste Edital, a seguinte documentação de habilitação:

a) HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a.1) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, em vigor devidamente registrado, acompanhado de todas as alterações ocorridas até a data estabelecida para o envio virtual da proposta, e se sociedade por ações acrescentar documentos de eleição de seus administradores, bem como respectivas alterações, caso existam, igualmente lançadas no registro comercial competente;

a.2) Registro Geral – RG e Cadastro Pessoa Física dos diretores/gerentes.

b) QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

b.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentadas na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3(três) meses data do envio virtual da proposta, com índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que 1(um); as empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices LG, SG e/ou LC quando de suas habilitações deverão comprovar sua boa condição financeira através do capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, exigido na forma dos §§ 2o e 3o, do artigo 31, da lei no 8.666/93; inexigível de ME ou EPP quando se tratar de fornecimento de bens para pronta entrega ou locação de materiais, nos termos do Art. 3º do Decreto nº 6.204, de 5/9/2007;

b.2) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Liquidação Judicial ou de Execução Patrimonial, conforme o caso, expedida pelo Distribuidor da sede do licitante ou do seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria Certidão, ou na omissão desta, expedida há menos de 90 (noventa) dias, contados da data do envio virtual da proposta.

c) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

c.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

c.2) Certidões negativas de débitos referentes aos Tributos, Seguridade Social, e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, probatórias de regularidade perante à Fazenda Nacional;

c.3) Certidões Negativas de Débitos para com as Fazendas Estadual e Municipal;

c.4) Prova de regularidade perante o FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

c.5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011, probatória da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

d) QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

d.1) Atestado de capacidade técnica que comprove fornecimento de bens e prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

8.4. Para o licitante cadastrado e habilitado parcialmente no SICAF, dispensa-se a apresentação da documentação exigida somente nas letras “a”, “b.1”, “c.1”, “c.2”, “c.3” e “c.4” do **subitem 7.3**, ressalvado o disposto no **subitem 8.4.1**, devendo ser apresentada a documentação relativa às letras “b.2”, “c.5” e “d” **acima, necessariamente;**

8.4.1. O licitante credenciado e habilitado parcialmente no SICAF com documentação irregular e/ou vencida perante o Sistema deve apresentar a documentação respectiva;

8.4.2. Licitante cadastrado, mas com habilitação parcial inexistente no SICAF, deve apresentar a documentação necessária à habilitação parcial (*letras “b” e “c.3” do subitem 8.3*);

8.4.3. Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitação de documentos ou formulários obtidos via internet em substituição aos documentos exigidos no **subitem 8.3 “b.2”**.

8.5. Para fins de habilitação, a verificação pela UFPE nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova (*art. 25, § 4º, do Decreto nº 5.450/2005*);

8.6. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital;

8.7. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação (*art. 26, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

8.8. Não serão considerados os documentos por cópia não autenticada e/ou não solicitados;

8.9. As cópias dos documentos poderão ser autenticadas por qualquer servidor da Divisão de Licitações da UFPE, mediante a apresentação dos originais;

8.10. Serão inabilitadas as empresas que não atenderem às exigências do **subitem 8.3**.

8.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal do licitante, tão logo declarado vencedor do certame, disporá **de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, **prorrogável por igual período**, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação;

8.12. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à conformidade da proposta, ou ao enquadramento do licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará o licitante às sanções previstas no Edital (*art. 21, § 3º, do Decreto nº 5.450/2005*);

9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses (*art. 26 do Decreto nº 5.450/2005*);

9.1.1. Só serão aceitos recursos e contrarrazões encaminhados via www.comprasgovernamentais.gov.br;

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem imediatamente anterior, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor (*art. 26, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005*);

9.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento (*art. 26, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

9.4. Da decisão que reconhecer a qualidade de **ME** ou **EPP** aos optantes pelo tratamento diferenciado e favorecido instituído pela Lei Complementar n.º 123/2006, caberá recurso.

9.5. Os autos do processo, caso não estejam em tramitação, permanecerão com vistas franqueadas às interessadas na *Divisão de Licitações da UFPE, Campus Universitário, Recife, PE, telefone: 0xx81.2126.8034*.

10. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO e CADASTRO DE RESERVA

10.1. A adjudicação será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recursos, caso contrário, pelo Magnífico Reitor, a quem caberá também a homologação do certame;

10.2. Na homologação, o Magnífico Reitor consultará previamente os demais licitantes, através do Sistema COMPRASGOVERNAMENTAIS, para que manifestem, no prazo estipulado, sendo no mínimo de 24h, se desejam reduzir seus preços ao valor (negociado) da proposta do licitante mais bem classificado para formação do cadastro de reserva, observada a sequência da classificação, seguindo a ordem da última proposta apresentada durante a etapa competitiva (Caput do art. 10 do Decreto nº 7.892/2013);

10.2.1. O Cadastro de Reserva envolverá somente itens com propostas adjudicadas;

10.2.2. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando da convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços do fornecedor mais bem classificado ou quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente (§ 3º, do art. 11, do Decreto nº 7.892/2013);

10.3. Homologado o procedimento licitatório, a licitante FORNECEDORA será notificada, por escrito, para:

a) apresentar a documentação de identificação (CPF e RG) do representante legal que assinará a Ata de Registro de Preços, caso não tenha incluído junto à proposta escrita;

b) assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no **subitem 11.1**.

11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O adjudicatário será convocado para, no prazo de **2 (dois) dias úteis**, assinar a Ata de Registro de Preços (**Anexo III**), oportunidade em que se exigirá a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas durante o período de cumprimento das obrigações pactuadas;

11.1.1. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela UFPE;

11.2. Quando o vencedor da licitação não fizer a comprovação das condições de habilitação ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de registro de Preços poderá ser convocado outro licitante do cadastro de reserva, caso não haja cadastro de reserva será convocado o licitante remanescente para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios assinar a Ata de Registro de preços, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no instrumento contratual e das demais cominações legais (art. 27, §3º, do Decreto nº 5.450/2005);

11.3. A UFPE providenciará previamente à assinatura da Ata de Registro de Preços, sem ônus para o licitante vencedor do certame, quando for o caso, o seu cadastramento perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, após reexame da documentação apresentada nos termos do subitem 7.3 (letras “a”, “b” e “c”), devidamente atualizada;

11.4. O prazo de validade da ata de registro de preços será de doze meses, improrrogáveis, após cumpridos os requisitos de publicidade, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666/93 (art. 12 e 14 do Decreto nº 7.892 de 23/01/2013);

11.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, por órgãos e entidades não participantes do certame, a cem por cento dos quantitativos dos itens previstos neste edital e registrados na ata, não podendo exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 22, §3º e §4º, do Decreto nº 7.892/2013);

11.6. O órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias da autorização dada pela UFPE, observado o prazo de vigência da ata (art. 22, § 6º, do Decreto nº 7.892/2013);

11.6.1. Cabe à UFPE autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no **subitem 11.6**, respeitando o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante (art. 5º, inciso XI, do Decreto 7.892/2013).

11.7. Em virtude de manifestação de interesse na Intenção de Registro de Preços nº 153080-00172/2014, divulgada no site www.comprasgovernamentais.gov.br em 28/10/2014, o **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba / Campus Patos, UASG nº 158470** é órgão participante da Ata de Registro de Preços vinculada a este Edital.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Constam da minuta contratual, **Anexo VI** deste Edital.

13. OBRIGAÇÕES DA UFPE E DO IFPB (CAMPUS PATOS)

13.1. Constam da minuta contratual, **Anexo VI** deste Edital.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

14.1. Constam da minuta contratual, **Anexo VI** deste Edital.

15. DO RECEBIMENTO

15.1. Os **ITENS 1 a 55** do **ANEXO I** deverão ser entregues **exclusivamente** no **Almoxarifado da Prefeitura da Cidade Universitária**, localizado no Campus Universitário de Recife, endereço - Av. da Arquitetura s/n – Cidade Universitária, Recife – PE. CEP: 50.740 – 550;

15.2. As entregas devem ser realizadas em dias úteis e no horário de expediente UFPE que compreende os horários das 8h às 12h e das 14h às 17h;

15.3. O fornecedor deverá comunicar a data prevista para entrega da mercadoria ao Almoxarifado da Prefeitura da Cidade Universitária, através dos telefones (81) 2126.8645 e 2126.8080;

15.4. Prazo máximo de entrega será de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho;

15.5. A contratada deverá apresentar a nota fiscal no ato da entrega dos produtos, indicando o número da nota de empenho a ser liquidado, o número do pregão e dos itens, a quantidade de unidades entregues, os valores unitário e total, marca/modelo e os dados bancários da contratada;

15.6. Os recebimentos, provisório e definitivo, serão realizados na forma do art. 73, inciso II da Lei nº. 8.666/93 e respectivas alterações, a saber:

II - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

15.7. O local de entrega para os **ITENS 56 a 66** do **ANEXO I**, destinados ao órgão participante, devem ser entregues no endereço **AC. RODOVIA BR PB-110, S/N, Alto da Tubiba, Patos-PB, CEP: 58.700-970.**

Telefone de contato: (83) 3423-9676.

16. PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

16.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar a documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais;

16.2. Compete ao órgão participante (o **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba / Campus Patos, UASG nº 158470**) e aos não participantes os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências à UFPE (*art. 22, § 7º, do Decreto 7.892/2013*);

16.3. Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços e o descumprimento de qualquer condição prevista neste Edital, a UFPE e/ou o **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba / Campus Patos** poderão, garantida a prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa na forma estabelecida no **subitem 16.4**;

III – Suspensão temporária de participar de processo licitatório e impedimento de contratar com a UFPE, por um prazo não superior a **02 (dois)** anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade.

16.3.1. As penalidades previstas nos **incisos I, III e IV** poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no **inciso II**, facultada a defesa prévia da FORNECEDORA, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação.

16.4. Será aplicada multa, sem prejuízo de indenizar a UFPE e/ou o **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba / Campus Patos** em perdas e danos, por:

I – Atraso na entrega: **0,2% (dois décimos por cento)**, por dia de atraso, sobre o valor global da proposta;

II – Descumprimento de qualquer outra condição ajustada: **2% (dois por cento)** sobre o valor global da proposta;

III – Recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido ou der causa ao seu cancelamento: **10% (dez por cento)** do valor global da proposta.

16.4. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de **05 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do *art. 86* e § 1º do *art. 87* da *Lei nº 8.666/93*, acrescida de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês;

16.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (*art. 28, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005*);

16.6. A adjudicatária ficará sujeita, ainda, às penalidades referidas nos incisos I e IV do artigo 87 da *Lei nº 8.666/93*, no que couber;

16.7. Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, exceto quando se tratar de advertência e/ou multa.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. À UFPE cabe o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, por motivo de fato

superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, conforme disposto no *artigo 29 do Decreto nº 5.450/2005*;

17.1.1. A anulação do procedimento licitatório induz à da Ata e não ensejará direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé (*art. 29, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

17.2. A sessão pública deste Pregão poderá ser suspensa a qualquer momento a critério do Pregoeiro por motivo a ser registrado no Sistema eletrônico;

17.2.1. No caso de suspensão da sessão pública, o Pregoeiro informará o dia e o horário em que reabrirá a sessão visando o prosseguimento das etapas subsequentes. O não comparecimento do licitante nas sessões virtuais subsequentes não ensejará reclamações, não obstará o prosseguimento dos trabalhos do Pregoeiro, nem repercutirá sobre as decisões que este proferir;

17.2.2. Caso não seja possível reabrir a sessão pública no dia e horário estabelecidos por impossibilidade de acesso à Internet e/ou ao sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, o Pregoeiro lançará aviso no referido sítio informando novos dia e horário para reabertura;

17.3. No caso de eventual divergência entre este Edital e seus anexos, prevalecerão as disposições do primeiro;

17.4. A dotação orçamentária será indicada previamente à emissão da Nota de Empenho (§ 2º do art. 7º do Decreto 7.892 de 23/01/2013);

17.5. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este edital. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico responsável pela elaboração do edital decidir sobre a impugnação no **prazo de 24 horas** (*art. 18 do Decreto nº 5.450/2005*);

17.5.1. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame (*art. 18, § 2º, do Decreto nº 5.450/2005*);

17.5.2. A impugnação com identificação deste pregão e respectivo processo administrativo, poderá ser enviada ao Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, no endereço indicado no **subitem 17.6** deste edital;

17.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, via Internet, no seguinte endereço: pregoeiros@ufpe.br, com identificação deste Pregão e respectivo processo administrativo (*art. 19 do Decreto nº 5.450/2005*);

17.7. Os avisos, as respostas às impugnações e aos esclarecimentos serão disponibilizadas no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, no link **acesso livre > pregões > agendados** ou no menu principal, no link: **visualizar impugnações > esclarecimentos > aviso**;

17.8. Dúvidas no encaminhamento da proposta eletrônica poderão ser dirimidas em consulta ao manual disponibilizado para os fornecedores no link: **publicações > manuais > pregão > pregão eletrônico – fornecedor**; ou pelo telefone **0800. 9782329** ou e-mail: comprasnet@planejamento.gov.br;

17.9. As normas que disciplinam este Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação (*Artigo 5º, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005*);

17.10. Cabe ao Pregoeiro decidir as questões resultantes do procedimento da licitação, competindo-lhe inclusive a interpretação deste Edital;

17.11. Disponibilização do Edital: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>;

17.12. Os interessados podem acompanhar a tramitação do processo referente à presente licitação no sítio www.ufpe.br - opção Links Rápidos – ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS;

17.13. As publicações referentes aos eventos licitatórios podem ser obtidas no sítio <http://www.in.gov.br/> (Imprensa Nacional, DOU, seção 3);

17.14. Integram este instrumento: **Anexo I** – Especificações e Quantitativos; **Anexo II** – Modelo da Proposta; **Anexo III** – Minuta da Ata de Registro de Preços; **Anexo IV** – Minuta Contratual.

Recife, 09 de junho de 2015.

MARÍLIA BATISTA DE LIMA PEQUENO
Coordenadora de Licitações
SIAPE 1650594

ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2015

ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	UNIDADE
1	Barrote em madeira maçaranduba com dimensões 3" x 3" (em peças mínimas de 4,0m), Atendendo às Normas ABNT NBR 12551:2002 ;7203:1982	125	UNIDADE
2	Linha aparelhada 3" x 4" em madeira maçaranduba, peça com 6m. Atendendo às Normas ABNT NBR 12551:2002 ; 7203:1982	34	UNIDADE
3	Barrote em madeira maçaranduba com dimensões 3" x 4" (em peças mínimas de 5,0 m). Atendendo às normas ABNT NBR 12551:2002; 7203:1982.	100	UNIDADE
4	Caibro em madeira maçaranduba com dimensões 2" x 3" (em peças mínimas de 4,0 m). Atendendo às normas ABNT NBR 12551:2002; 7203:1982	125	UNIDADE
5	Chapa compensado multilaminado, imunizado (2,20 m x 1,60 m) esp. 15 mm. Atendendo as NBR's 9484, 9485, 9486, 9490, 9531, 9532, 9533 e 9534/1987	9	UNIDADE
6	Chapa compensado multilaminado, imunizado (2,20 m x 1,60 m) esp. 6 mm. Atendendo as NBR's 9484, 9485, 9486, 9490, 9531, 9532, 9533 e 9534/1992	23	UNIDADE
7	Folha de porta lisa encabeçada, com miolo sarrafeado, copaíba. Medidas: 70 cm largura x 210 cm altura x 3,5 cm espessura. Tipo semi-oca - NBR 8543/1986, NBR 8051/1983, NBR 8053/1983, NBR 8054/1983 e NBR 8544/1984	200	UNIDADE
8	Folha de porta lisa encabeçada, com miolo sarrafeado, copaíba. Medidas: 80 cm largura x 210 cm altura x 3,5 cm espessura. Tipo semi-oca - NBR 8543/1986, NBR 8051/1983, NBR 8053/1983, NBR 8054/1983 e NBR 8544/1984	200	UNIDADE
9	Folha de porta lisa encabeçada, com miolo sarrafeado, copaíba. Medidas: 90 cm largura x 210 cm altura x 3,5 cm espessura. Tipo semi-oca - NBR 8543/1986, NBR 8051/1983, NBR 8053/1983, NBR 8054/1983 e NBR 8544/1984	100	UNIDADE
10	Folha de porta lisa encabeçada, com miolo sarrafeado, copaíba. Medidas: 100 cm largura x 210 cm altura x 3,5 cm espessura. Tipo semi-oca - NBR 8543/1986, NBR 8051/1983, NBR 8053/1983, NBR 8054/1983 e NBR 8544/1984	30	UNIDADE
11	Tábua para construção em madeira mista com dimensões 12"x1" (em peças mínimas de 5,0 m). Atendendo às normas ABNT NBR 12551:2002; 7203:1982	75	METRO QUADRADO

12	Chapa em compensado resinado Madeirit, medindo 2,20m x 1,10m, espessura 10mm , atendendo a NBR 9485 e 9486.	100	UNIDADE
13	Chapa compensado multilaminado, imunizado (2,20m x 1,60m) esp. 4mm . Atendendo as NBR's 9484, 9485, 9486, 2074, 2426-2, 12466-1.	50	UNIDADE
14	Conjunto Fechadura 6521, EXT ST2 55 ROS, acabamento CRA - LAFONTE	150	UNIDADE
15	Fechadura de cilindro, Metálica, externa, maçaneta reta e espelho, acabamento cromado. Fabricada de acordo com as NBR's 12927, 12928 e 14913.	600	UNIDADE
16	Fechadura de sobrepor para portão, Metálica, externa com caixa de 100mm, acabamento pintado em preto perolizado. Fabricada de acordo com a NBR 14913.	100	UNIDADE
17	Fechadura Metálica cilíndrica para divisórias, maçaneta tipo tulipa, broca 90mm, acabamento cromado. Fabricada de acordo com a NBR 14913.	200	UNIDADE
18	Fechadura Metálica cilíndrica para divisórias, maçaneta tipo tulipa, broca 90mm, acabamento epoxi preto. Fabricada de acordo com a NBR 14913.	200	UNIDADE
19	Fecho Livre Ocupado, material aço, acabamento cromado, utilização em portas com 26mm de espessura até 35mm.	200	UNIDADE
20	Dobradiça de canto, com anel, material latão, acabamento cromado, dimensões 3 x 2.1/2"	900	UNIDADE
21	Grade em Madeira Maciça, tipo Caixa universal, em Massaranduba, réguas com 14,00cm x 3,50cm, medindo 2,10m x Universal (variação p/ corte 0,70 m a 1,10 m) inclusive fornecimento de Alisar - NBR 6487/2000	150	UNIDADE
22	Mola Hidráulica Aérea (para fechamento automático de porta) - Com ajuste de velocidade, desaceleração progressiva, braço de abertura de 180°, metálica, com pintura na cor alumínio ou prata	100	UNIDADE
23	Parafuso autoatarraxante, cabeça chata, fenda simples, acabamento zincado branco, material aço cementado, tipo DIN 7972, bitola 3,9 x 19.	1.000	UNIDADE
24	Parafuso autoatarraxante, cabeça chata, fenda simples, acabamento zincado branco, material aço cementado, tipo DIN 7972, bitola 3,9 x 25.	1.000	UNIDADE
25	Parafuso autoatarraxante, cabeça chata, fenda simples, acabamento zincado branco, material aço cementado, tipo DIN 7972, bitola 4,2 x 32.	1.000	UNIDADE

26	Parafuso autoatarraxante, cabeça chata, fenda simples, acabamento zincado branco, material aço cementado, tipo DIN 7972, bitola 4,2 x 38.	1.000	UNIDADE
27	Parafuso para madeira, cabeça chata, fenda simples, acabamento zincado branco, material aço baixo carbono, tipo ANSI 18.6.1, bitola 4,2 x 50.	1.000	UNIDADE
28	Parafuso para madeira, cabeça chata, fenda simples, acabamento zincado branco, material aço baixo carbono, tipo ANSI 18.6.1, bitola 4,8 x 50.	1.000	UNIDADE
29	Parafuso sextavado, rosca total, acabamento zincado branco, material aço baixo carbono, com porca e arruela, bitola 1/4 x 1".	1.000	UNIDADE
30	Parafuso sextavado, rosca total, acabamento zincado branco, material aço baixo carbono, com porca e arruela, bitola 1/4 x 1.1/2".	1.000	UNIDADE
31	Parafuso sextavado, rosca total, acabamento zincado branco, material aço baixo carbono, com porca e arruela, bitola 1/4 x 2.1/2".	1.000	UNIDADE
32	Prego com cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante, material aço, acabamento polido, bitola 1 x 16 (POL x BWG), fabricado de acordo com as normas ABNT NBR 6627.	10	QUILOGRAMA
33	Prego com cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante, material aço, acabamento polido, bitola 1.1/2 x 15 (POL x BWG), fabricado de acordo com as normas ABNT NBR 6627.	30	QUILOGRAMA
34	Prego com cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante, material aço, acabamento polido, bitola 1.1/4 x 14 (POL x BWG), fabricado de acordo com as normas ABNT NBR 6627.	100	QUILOGRAMA
35	Prego com cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante, material aço, acabamento polido, bitola 1/2 x 19 (POL x BWG), fabricado de acordo com as normas ABNT NBR 6627.	20	QUILOGRAMA
36	Prego com cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante, material aço, acabamento polido, bitola 2 x 12 (POL x BWG), fabricado de acordo com as normas ABNT NBR 6627.	200	QUILOGRAMA
37	Prego com cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante, material aço, acabamento polido, bitola 2 x 15 (POL x BWG), fabricado de acordo com as normas ABNT NBR 6627.	100	QUILOGRAMA
38	Prego com cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante, material aço, acabamento polido, bitola 2.1/2 x 10 (POL x BWG), fabricado de acordo com as normas ABNT NBR 6627.	500	QUILOGRAMA
39	Prego com cabeça cônica e axadrezada, ponta tipo diamante, material aço, acabamento polido, bitola 3/4 x 17 (POL x BWG), fabricado de acordo com as normas ABNT NBR 6627.	20	QUILOGRAMA

40	Prego sem cabeça cônica lisa, ponta tipo diamante, material aço, acabamento polido, bitola 1 x 16 (POL x BWG), fabricado de acordo com as normas ABNT NBR 6627.	20	QUILOGRAMA
41	Prego sem cabeça cônica lisa, ponta tipo diamante, material aço, acabamento polido, bitola 1.1/2 x 15 (POL x BWG), fabricado de acordo com as normas ABNT NBR 6627.	20	QUILOGRAMA
42	Prego sem cabeça cônica lisa, ponta tipo diamante, material aço, acabamento polido, bitola 1/2 x 19 (POL x BWG), fabricado de acordo com as normas ABNT NBR 6627.	20	QUILOGRAMA
43	Prego sem cabeça cônica lisa, ponta tipo diamante, material aço, acabamento polido, bitola 2 x 15 (POL x BWG), fabricado de acordo com as normas ABNT NBR 6627.	50	QUILOGRAMA
44	Prego sem cabeça cônica lisa, ponta tipo diamante, material aço, acabamento polido, bitola 3/4 x 17 (POL x BWG), fabricado de acordo com as normas ABNT NBR 6627.	20	QUILOGRAMA
45	Rebite de repuxo, corpo em alumínio e mandril em aço, tipo 416, diâmetro 4,0mm, comprimento 16,0mm. CX c/ 1000	5	CAIXA COM 1.000 UNIDADE
46	Rebite de repuxo, corpo em alumínio e mandril em aço, tipo 422, diâmetro 4,0mm, comprimento 22,0mm. Cx c/ 1000	5	CAIXA COM 1.000 UNIDADE
47	Rebite de repuxo, corpo em alumínio e mandril em aço, tipo 519, diâmetro 5,0mm, comprimento 19,0mm. Cx c/ 1000	3	CAIXA COM 1.000 UNIDADE
48	Rebite de repuxo, corpo em alumínio e mandril em aço, tipo 530, diâmetro 5,0mm, comprimento 30,0mm. Cx c/ 1000	3	CAIXA COM 1.000 UNIDADE
49	Rebite de repuxo, corpo em alumínio e mandril em aço, tipo 619, diâmetro 6,0mm, comprimento 19,0mm. Cx c/ 1000	2	CAIXA COM 1.000 UNIDADE
50	Rebite de repuxo, corpo em alumínio e mandril em aço, tipo 630, diâmetro 6,0mm, comprimento 30,0mm. Cx c/ 1000	2	CAIXA COM 1.000 UNIDADE
51	Adesivo de contato, à base de borracha de policloropreno para aplicação em Laminado melamínico de alta pressão, MDF, compensado, aglomerado (tipo cola de contato formica) lata de 750g	100	UNIDADE
52	Adesivo de contato, à base de borracha de policloropreno para aplicação em Laminado melamínico de alta pressão, MDF, compensado, aglomerado (tipo cola de contato formica) Galão 2,8 Kg	200	GALÃO COM 2,8 KG
53	Cola líquida: adesivo à base de PVA, cor branca. (tipo cola branca Norfix) embalagem de 1 Kg	200	UNIDADE
54	Laminado melamínico de alta pressão, com espessura de 0,8mm e dimensões de 3,08 x 1,25, acabamento com brilho, cor a definir. Folha	100	UNIDADE

55	Laminado melamínico de alta pressão, com espessura de 0,8mm e dimensões de 3,08 x 1,25, acabamento fosco, cor a definir. Folha	100	UNIDADE
56	Fechadura de cilindro, Metálica, externa, maçaneta reta e espelho, acabamento cromado. Fabricada de acordo com as NBR's 12927, 12928 e 14913. ENTREGA NO IFPB/CAMPUS PATOS.	20	UNIDADE
57	Fecho Livre Ocupado, material aço, acabamento cromado, utilização em portas com 26mm de espessura até 35mm. ENTREGA NO IFPB/CAMPUS PATOS.	10	UNIDADE
58	Dobradiça de canto, com anel, material latão, acabamento cromado, dimensões 3 x 2.1/2". ENTREGA NO IFPB/CAMPUS PATOS.	10	UNIDADE
59	Mola Hidráulica Aérea (para fechamento automático de porta) - Com ajuste de velocidade, desaceleração progressiva, braço de abertura de 180°, metálica, com pintura na cor alumínio ou prata. ENTREGA NO IFPB/CAMPUS PATOS.	20	UNIDADE
60	Parafuso autoatarraxante, cabeça chata, fenda simples, acabamento zincado branco, material aço cementado, tipo DIN 7972, bitola 3,9 x 25. ENTREGA NO IFPB/CAMPUS PATOS.	100	UNIDADE
61	Parafuso autoatarraxante, cabeça chata, fenda simples, acabamento zincado branco, material aço cementado, tipo DIN 7972, bitola 4,2 x 32. ENTREGA NO IFPB/CAMPUS PATOS.	100	UNIDADE
62	Parafuso autoatarraxante, cabeça chata, fenda simples, acabamento zincado branco, material aço cementado, tipo DIN 7972, bitola 4,2 x 38. ENTREGA NO IFPB/CAMPUS PATOS.	100	UNIDADE
63	Parafuso para madeira, cabeça chata, fenda simples, acabamento zincado branco, material aço baixo carbono, tipo ANSI 18.6.1, bitola 4,2 x 50. ENTREGA NO IFPB/CAMPUS PATOS.	100	UNIDADE
64	Parafuso para madeira, cabeça chata, fenda simples, acabamento zincado branco, material aço baixo carbono, tipo ANSI 18.6.1, bitola 4,8 x 50. ENTREGA NO IFPB/CAMPUS PATOS.	100	UNIDADE
65	Parafuso sextavado, rosca total, acabamento zincado branco, material aço baixo carbono, com porca e arruela, bitola 1/4 x 1". ENTREGA NO IFPB/CAMPUS PATOS.	100	UNIDADE
66	Parafuso sextavado, rosca total, acabamento zincado branco, material aço baixo carbono, com porca e arruela, bitola 1/4 x 2.1/2". ENTREGA NO IFPB/CAMPUS PATOS.	50	UNIDADE

*Os **ITENS 1 a 55** do ANEXO I deverão ser entregues **exclusivamente** no **Almoxarifado da Prefeitura da Cidade Universitária**, localizado no Campus Universitário de Recife, endereço - Av. da Arquitetura s/n – Cidade Universitária, Recife – PE. CEP: 50.740 – 550.

O local de entrega para os **ITENS 56 a 66 do ANEXO I, destinados ao órgão participante, devem ser entregues no endereço **AC. RODOVIA BR PB-110, S/N, Alto da Tubiba, Patos-PB, CEP: 58.700-970**. Telefone de contato: **(83) 3423-9676**.

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2015

MODELO DA PROPOSTA

OBJETO: Selecionar propostas para Registro de Preços unitários, visando à aquisição de material de marcenaria e ferragens, tais como caibro, barroto, folhas de porta, parafusos e pregos, compreendendo 66 (sessenta e seis) itens para a **Universidade Federal de Pernambuco e para o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba / Campus Patos**, quais sejam:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Preço Unitário R\$	Preço Global R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ (..... reais)

ANEXO(S): 1) Catálogo(s) ilustrativo(s) com foto(s) ou desenho(s), manual ou folhetos com informações claras e detalhadas, na língua portuguesa corrente no Brasil, sobre o fabricante, modelo, versão, especificações técnicas e outras informações esclarecedoras que comprovem os requisitos mínimos exigidos neste Edital, sendo aceitos, também, aqueles obtidos pela Internet. No caso de cópias, somente serão aceitas se coloridas, autenticadas e totalmente legíveis; **2)** Para os itens 01, 02, 03, 04 do **ANEXO I** o licitante deverá apresentar Registro no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, na atividade Uso de Recursos Naturais - exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais. Em atendimento a Portaria MMA nº 253/2006, a instrução Normativa IBAMA nº 21/2013 e a Lei nº 7.804/89 no Inciso II do Art. 17.

VALIDADE DA PROPOSTA:(.) dias corridos a partir da abertura deste Pregão (v. **subitem 1.2** do Edital).

DECLARAMOS, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: **1)** o valor do objeto; **2)** os tributos (impostos, taxas, contribuições); **3)** fretes; **4)** os encargos sociais e trabalhistas incidentes; **6)** outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado.

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

BANCO Nº:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº:

NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

PRAÇA DE PAGAMENTO:

(Local), de de 2015.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, assinatura)

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2015

Minuta da
Ata de Registro de Preço n.º/2015

(UMA ATA PARA CADA FORNECEDOR)

A Universidade Federal de Pernambuco, CNPJ nº 24.134.488/0001-08, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Avenida Prof. Moraes Rego, 1235, Cidade Universitária, Recife/PE, neste ato representada pelo Magnífico Reitor, Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado, CPF nº 127.044.234-15, RG 1.065.220 SSP/PE, residente nesta cidade, doravante denominada UFPE e o **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba / Campus Patos**, e de outro lado a empresa, CNPJ nº, com sede à, representada por, CPF nº, CI nº, residente à, Conta nº, Banco, Ag., FORNECEDORA do(s) item(ns) abaixo indicado(s) na **Pregão Eletrônico nº 128/2015 – Processo nº 23076.057231/2014-11**, neste ato representada pelo(a) sr.(a), CPF nº, CI nº, residente à, doravante denominada FORNECEDORA, têm entre si, justo e avançado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o art. 15 da Lei nº 8.666/93, 21 de junho de 1993, observadas as condições estabelecidas no ato convocatório e as seguintes: **OBJETO** – Registro de Preços unitários, visando à aquisição de material de marcenaria e ferragens, tais como caibro, barrote, folhas de porta, parafusos e pregos, compreendendo 66 (sessenta e seis) itens para a **Universidade Federal de Pernambuco e para o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba / Campus Patos**, quais sejam:

ITEM	Especificação	Forma de Apresentação	Demanda global estimada	Preço Unitário	Preço Global

Preço global da proposta (soma do preço global dos itens) R\$	
---	--

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

Item nº	Órgão(s) Participante(s)	Unidade	Quantidade

UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – As adesões à ata de registro de preços são limitadas, por órgãos e entidades não participantes do certame, a cem por cento dos quantitativos dos itens previstos no **Anexo I** do Edital e registrados nesta ata, não podendo exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 22, §3º e §4º, do Decreto nº 7.892/2013). O órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias da autorização dada pela UFPE, observado o prazo de vigência da ata (art. 22, § 6º, do Decreto nº 7.892/2013); Em virtude de manifestação de interesse na Intenção de Registro de Preços nº 153080-00172/2014, divulgada no site

www.comprasgovernamentais.gov.br em 28/10/2014, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba / Campus Patos, UASG nº 158470 é órgão participante da Ata de Registro de Preços vinculada a este Edital **ATA DE FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA (SE COUBER)** – Consta do Anexo I desta Ata; **PRAZO DE VALIDADE DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** – prazo de 12 (doze) meses, após cumpridos os requisitos de publicidade desta Ata, ocorrido em...../...../..... **CONTRATAÇÃO E CONDIÇÕES ESPECÍFICAS** – A UFPE não se obriga a firmar contratações que poderão advir desta Ata, ressalvada à FORNECEDORA a preferência em igualdade de condições, na hipótese de a UFPE utilizar-se de outros meios para contratação. A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa, a qual deverá ser retirada pela FORNECEDORA no **prazo máximo de 2 (dois) dias úteis** a contar da comunicação feita pela UFPE. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** - 1) O pagamento será efetuado após a entrega dos materiais nos prazos e locais estabelecidos, por depósito bancário na conta corrente da FORNECEDORA em até **30 (trinta) dias** contados da data de apresentação da Nota Fiscal, regularmente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento, e após verificação pela Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, da Pró-Reitoria de Orçamento e Finanças da regularidade desta perante o SICAF, à Seguridade Social e ao FGTS; 2) A fatura que for apresentada com erro será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo acima definido, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação. **ALTERAÇÃO DA ATA** - Esta Ata poderá sofrer alterações, desde que não resultem acréscimos nos quantitativos dos seus itens, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do § 1º do art. 12 do Decreto 7.892 de 23 de Janeiro de 2013. **REVISÃO DE PREÇOS** - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual **redução** dos preços praticados no mercado ou de **fato que eleve o custo** dos serviços ou bens registrados, cabendo à UFPE promover as negociações junto aos FORNECEDORES. Quando o preço registrado tornar-se **superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente**, a UFPE convocará os FORNECEDORES para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado; frustrada essa negociação, os FORNECEDORES serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original. Quando o **preço de mercado** tornar-se **superior aos preços registrados** e o FORNECEDOR não puder cumprir o compromisso, a UFPE poderá: a) liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e b) convocar os demais FORNECEDORES para assegurar igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nessas negociações, a UFPE poderá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação vantajosa. **OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA** – 1) Dar ciência imediata à UFPE das anormalidades ocorridas até a entrega definitiva dos materiais e durante o período de garantia; 2) Promover a entrega dos materiais prontos para uso, assim como assumir todas as despesas de transporte, frete e seguros correspondentes; 3) Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos ofertados e por sua troca, sem quaisquer ônus adicionais para a UFPE e enquanto não houver sido definitivamente aceito, caso não se encontre dentro das especificações estabelecidas no Edital, divirja do que foi proposto ou apresente defeitos e/ou vícios redibitórios; 4) Responder por todas as despesas decorrentes de tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento, bem como as necessárias para a completa execução do mesmo; 5) Responder pelos danos causados diretamente à Universidade Federal de Pernambuco ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando do fornecimento; 6) Manter, até o cumprimento das obrigações, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 7) Disponibilizar os arquivos referentes às notas fiscais de acordo com o AJUSTE SINIEF 11, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008 - Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e a Secretaria da Receita Federal do Brasil; 8) Atender ao disposto no § 2º do Art. 22º para que não haja prejuízos ao fornecimento do Órgão Gerenciador e dos Participantes: § 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes. **OBRIGAÇÕES DA UFPE E/OU ÓRGÃO PARTICIPANTE** – 1) Notificar a(s) adjudicatária(s), por escrito ou meio eletrônico, sobre quaisquer irregularidades constatadas; 2) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos neste Edital, abatidas às multas, se houver; 3) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que estejam em desacordo das especificações definidas no edital e nesta Ata; 4) Manter arquivada, junto ao processo administrativo, toda a documentação a ele referente. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO** – 1) Os **ITENS 1 a 55 do ANEXO I** deverão ser entregues **exclusivamente** no **Almoxarifado da Prefeitura da Cidade Universitária**, localizado no Campus Universitário de Recife, endereço - Av. da Arquitetura s/n – Cidade Universitária, Recife – PE. CEP: 50.740 – 550; 2) As entregas devem ser realizadas em dias úteis e no horário de expediente UFPE que compreende os horários das 8h às 12h e das 14h às 17h; 3) O fornecedor deverá comunicar a data prevista para entrega da mercadoria ao Almoxarifado da Prefeitura da Cidade Universitária, através dos telefones (81) 2126.8645 e 2126.8080; 4) Prazo máximo de entrega será de **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho; 5) A contratada

deverá apresentar a nota fiscal no ato da entrega dos produtos, indicando o número da nota de empenho a ser liquidado, o número do pregão e dos itens, a quantidade de unidades entregues, os valores unitário e total, marca/modelo e os dados bancários da contratada; **6)** Os recebimentos, provisório e definitivo, serão realizados na forma do art. 73, inciso II da Lei nº. 8.666/93 e respectivas alterações, a saber: II - em se tratando de compras ou de locação de equipamentos: a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação. **7)** O local de entrega para os **ITENS 56 a 66 do ANEXO I**, destinados ao órgão participante, devem ser entregues no endereço **AC. RODOVIA BR PB-110, S/N, Alto da Tubiba, Patos-PB, CEP: 58.700-970. Telefone de contato: (83) 3423-9676.**

GERENCIAMENTO DA ATA - O Gerenciamento da ARP ficará a cargo da Prefeitura da Cidade Universitária da Universidade Federal de Pernambuco. **CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS** – A FORNECEDORA terá seu registro cancelado pela UFPE, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos: **a)** descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; **b)** não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, contados da comunicação efetivada pela UFPE, sem justificativa aceitável; **c)** não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àquele praticado no mercado; **d)** sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02; e **e)** ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta ata, devidamente comprovado e justificado: **I** – por razão de interesse público ou **II** - a pedido do fornecedor (*art.21 do Decreto nº 7.892/2013*). **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – A dotação orçamentária será indicada nos autos do procedimento licitatório previamente à emissão da Nota de Empenho de Despesa ou formalização do contrato ou outro instrumento hábil (§ 2º do art. 7º do Decreto nº 7.892, de 23/01/2013). As despesas com a contratação que porventura ultrapassarem o exercício em curso estarão submetidas à dotação orçamentária aprovada pela Lei Orçamentária Anual – LOA do exercício correspondente. **PENALIDADES ADMINISTRATIVAS** – Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a Nota de Empenho, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais; Compete ao órgão participante (o **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba / Campus Patos, UASG nº 158470**) e aos não participantes os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências à UFPE (*art. 22, § 7º, do Decreto 7.892/2013*); Pelo atraso, erro de execução, execução imperfeita, inexecução total ou parcial da Ata e o descumprimento de qualquer condição prevista no Edital, a UFPE e/ou órgão participante poderão, garantida a prévia defesa, aplicar, conforme o caso, as seguintes penalidades: **I** – Advertência; **II** – Multa na forma estabelecida abaixo; **III** – Suspensão temporária de participar de processo licitatório e impedimento de contratar com a UFPE e/ou órgão participante, por um prazo não superior a **02 (dois) anos**; **IV** – Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade. As penalidades previstas nos **incisos I, III e IV** poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no **inciso II**, facultada a defesa prévia da FORNECEDORA, com regular processo administrativo, no prazo de cinco dias úteis, a contar da notificação. Será aplicada multa, sem prejuízo de indenizar a UFPE e/ou órgão participante em perdas e danos, por: **I** – Atraso na entrega: **0,2% (dois décimos por cento)**, por dia de atraso, sobre o valor global da proposta; **II** – Descumprimento de qualquer outra condição ajustada: **2% (dois por cento)** sobre o valor global da proposta; **III** – Recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido ou der causa ao seu cancelamento: **10% (dez por cento)** do valor global da proposta. No caso de não recolhimento do valor da multa dentro de **05 (cinco) dias úteis** a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de **1% (um por cento)** ao mês. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF (*art. 28, Parágrafo Único, do Decreto nº 5.450/2005*). A adjudicatária ficará sujeita, ainda, às penalidades referidas nos incisos I e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, no que couber. Os atos administrativos de aplicação das sanções serão publicados resumidamente no Diário Oficial da União, exceto quando se tratar de advertência e/ou multa. **FORO** - O foro da Justiça Federal de Pernambuco é o competente para dirimir eventuais questões resultantes desta Ata ou de sua interpretação, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja. **DISPOSIÇÕES FINAIS** – À UFPE cabe o direito de revogar esta Ata por interesse público, observando-se o disposto no *art. 49 da Lei nº 8.666/93* e nesta Ata. Se qualquer das partes relevar alguma eventual falta relacionada com a execução desta Ata, tal fato não significa liberação ou desoneração a quaisquer delas, para o cometimento de outras. Vincula-se esta Ata ao **Edital de Pregão Eletrônico nº 128/2015e** a proposta da

FORNECEDORA para todos os fins de direito, independente de sua transcrição e de seus anexos. Compete à UFPE dirimir divergência, de qualquer natureza, entre os documentos integrantes desta Ata. E por estarem de perfeito acordo, firmam a presente Ata em 2 (duas) vias, a qual lida e achada conforme, é assinada pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

Recife,..... dede 2015.

UFPE

FORNECEDORA

Testemunhas:

Nome..... CPF.....
Nome..... CPF

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO n.º...../2015

(ATA DE FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA)